

Planalto atropela Congresso e negocia com STF

Alan Marques

À revelia do Palácio do Planalto, o Congresso encaminhou, ontem, após uma maratona de negociações, uma solução política para a crise entre os Três Poderes: a aprovação a toque de caixa de um projeto de lei salomônico - anula a decisão do Executivo de reter os recursos do STF, mas estabelece para todo o funcionalismo público o dia 30 para a conversão da URV para o pagamento de salários. O presidente Itamar Franco, através de seus líderes, sustou a votação ontem mesmo do projeto. Motivo: após uma semana de confronto, Governo e Judiciário passaram a negociar diretamente uma solução para a crise. Os ministros Romildo Canhim, da SAF, e Carlos Velloso, do Supremo, com a mediação do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, foram credenciados para buscar uma saída comum para o impasse.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, que havia convocado para o início da noite uma reunião de líderes para analisar o projeto, recebeu apelos para suspendê-lo. O líder do PP, deputado Raul Belém, após consultar Itamar Franco, levou a Inocêncio o desejo presidencial de que o projeto não fosse votado ontem. Ao mesmo tempo, o ministro Henrique Hargreaves telefonou com a mesma solicitação. Logo depois, o líder do PMDB, Tarcísio Delgado, reforçou o pedido. O debate, então, foi suspenso, na expectativa de um acerto direto entre o Executivo e o Judiciário.

Raul Belém, quando retornou do Planalto ao Congresso, transmitiu a insatisfação de Itamar: "Se votarmos este projeto a toque de caixa, a crise poderá se agravar". O líder do Governo, Luiz Carlos Santos, reforçou: "Esta coisa não pode ser votada de afogadilho, antes de um cuidadoso estudo jurídico".

Nota — Sem informar a proposta que trabalha para resolver a crise, Itamar Franco ditou ao porta-voz Fernando Costa uma mensagem enigmática: "O Presidente reitera, mais uma vez, com tranquilidade e firmeza, seu inarredável compromisso com a Constituição e a lei. A história de sua vida pública, na oposição como nas responsabilidades de governo, sempre se marcou pela tolerância, pelo diálogo democrático, e pela resistência à opressão, dentro do espírito de independência e harmonia entre os poderes da República". A nova regra de conversão dos salários preparada pelo Congresso atende as exigências do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e suspende a interpretação dada pelo STF, que optou por converter os vencimentos pelo dia 20. Pelo acordo de lideranças, a nova regra, se aprovada, passa a vigorar a partir do mês de abril. A liberação do pagamento da parcela de 10,94%, correspondente a conversão dos salários de março no dia 20, ao Judiciário e ao Legislativo, estornada pelo Tesouro Nacional, será negociada diretamente com o Ministério da Fazenda. Em telefonema aos líderes, o assessor especial de Cardoso, Edmar Bacha, admitiu a possibilidade de autorizar o pagamento. A perda do Governo com o pagamento deste mês seria de aproximadamente US\$ 250 milhões.

Para entrar em vigor, o projeto de lei depende da sanção do presidente Itamar Franco. "Se o Presidente não concordar, deixará claro que está apostando no impasse, no fechamento", alertou o ex-líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), autor da proposta. Diante da disposição do Legislativo e do Judiciário de encontrarem uma solução negociada, os parlamentares não se conformaram com a intransigência de Itamar

Franco. "A única saída era exercermos o Poder Moderador", observou Freire. "Politicamente, o Presidente ficará isolado, se não aceitar", disse o deputado José Genóino (PT-SP), há dois dias envolvido na negociação.

Dúvidas — Durante a reunião de líderes, os partidos não se limitaram a fixar uma nova regra para a conversão dos salários e obrigar o Executivo a liberar recursos orçamentários para o Judiciário e o Congresso. Quiseram destacar que, no caso de o Governo insistir no confronto, o presidente da República poderá ser enquadrado em crime de responsabilidade. "Isso já está previsto na Constituição, mas achamos melhor reafirmar a penalidade", explicou Freire, impressionado com o recente comportamento de Itamar: "Presidente não pode dizer que não negocia".

Lançada no final da sessão marcada para votar a Medida Provisória nº 434, que criou a URV, a proposta ganhou imediato apoio de todos os líderes partidários. A idéia inicial era resolver a crise dispensando até a sanção presidencial. Um projeto de decreto-legislativo enquadraria o bloqueio do pagamento como ato exorbitante do Executivo e mandaria liberar imediatamente o dinheiro equivalente à diferença de cálculo entre a conversão pelo dia 20 e pelo dia 30. O decretol-legislativo foi, porém, considerado inconstitucional pelo relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Segundo Jobim, a medida poderia ser contestada pelo Governo porque o ato que mandou bloquear o aumento resumia-se a um aviso ministerial e não propriamente a um ato normativo.

Os líderes do Governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), e no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), não participaram das negociações.



Inocêncio coordenou os esforços dos políticos para superar a crise, mas Itamar prefere outra solução